

# Alerta para a necessidade de conscientizar educador

A Secretária Municipal de Educação de Cabo, em Pernambuco, Maria Mirtes Cordeiro Rodrigues, lembrou a reunião dos Secretários Municipais de Educação de todo o Brasil havida em Brasília na qual foi aprovado um texto que, a seu ver, "evidencia o desejo de participação dos educadores municipais nas lutas atuais do povo brasileiro, com a fixação de pauta de lutas que serão levadas à Constituinte".

Ela alertou para a conscientização do educador brasileiro e para algumas de suas reivindicações dentro do movimento político brasileiro, como retenção nos municípios de 40 por cento dos tributos arrecadados, atribuindo-se 20 por cento aos Estados, 20 por cento à União e 20 a um Fundo Nacional de Assistência aos Municípios; aplicação da Emenda Calmon, obrigando a União a aplicar 20 por cento do seu orçamento em educação e reservando 12 por cento deste total para o ensino municipal; destinação de no mínimo 25 por cento do orçamento geral à manutenção e desenvolvimento da educação, com pelo menos 80 por cento destinados à educação básica; participação dos municípios nas receitas oriundas das loterias; aplicação de 25 por cento do orçamento da União na educação, destinando-se 60 desse montante à educação pré-escolar, Primeiro Grau e educação especial, adotando-se o mesmo procedimento em relação às administrações estaduais; distribuição de 25 por cento do salário-educação (cota federal) a partir de fixação prévia de índices por municípios que ficarão responsáveis pela administração e aplicação de tais recursos; destinação de 25 por cento da cota estadual do salário-educação aos municípios, com a distribuição levando em conta a quantidade de escola, extensão territorial do município e densidade demográfica.

Para a municipalização do ensino, a Secretária apresentou texto no qual os Secretários Municipais de Educação defendem pontos diversos, como municipalização com reforma tributária ampla, urgente e definitiva; descentralização e desconcentração de recurso; aplicação de recursos públicos somente na escola pública; piso salarial único, em todo o País, para os professores; admissão nos quadros do magistério



## Educadores municipais estão na disposição de levar à Constituinte a sua pauta de lutas

MARIA MIRTES RODRIGUES, Secretária em Cabo

exclusivamente por meio de concursos públicos; comprovação de educador do Secretário Municipal de Educação; fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação; necessidade de reforma ampla e abrangente das leis que regem a educação; vinculação e articulação de todas as esferas administrativas com definição de atribuições e competências; municipalização gradual e diferenciada, de acordo com a necessidade de cada região, levando o município a ter autonomia didática, financeira e administrativa; necessidade de estruturação dos órgãos municipais; criação de Conselhos Municipais de Educação com representantes de todos os segmentos organizados da comunidade escolar; criação de comissão paritária entre municípios, Estados e MEC para redimensionamento dos critérios de aplicação de salários-educação e discussão e apresentação de propostas para a geração e aplicação dos demais recursos para a educação; financiamento total, pelo MEC, do material didático destinado aos Estados e Municípios.